

FHC faz balanço da saúde em tom de campanha

Presidente reúne quase mil prefeitos para habilitação a programa do ministério e faz discurso de candidato

TÂNIA MONTEIRO
e SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – Na presença de 957 prefeitos, e com inflama-do discurso de candidato, o presidente Fernando Henrique Cardoso apelou ao Congresso que aprove, ainda este ano, uma “fórmula mais estável” de financiamento para a saúde. “Quem quiser ganhar eleição tem de ganhar trabalhando pelo País”, avisou, ao convocar prefeitos, governadores, secretários e parlamentares a encontrar um financiamento estável, que chegou a chamar de imposto, para garantir a sobrevivência do setor da saúde pelos próximos dez anos.

Depois de agradecer ao Congresso pela aprovação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja cobrança será encerrada em janeiro de 1999, o presidente, em ato falho, e demonstrando que está preocupado com os problemas que poderá enfrentar novamente no setor se for reeleito, afirmou: “Agora é o momento de pensarmos no ano que vem em diante.”

Ele defende uma convergência dos recursos públicos em nível municipal, estadual e federal. “Se quisermos uma saúde melhor, vamos ter coragem, também, de dizer que havermos de pagá-la”, disse o presidente, acrescentado que a fórmula para o setor poderá ser um imposto permanente. “Quem tem vai ter de pagar, e o imposto é o mecanismo pelo qual quem tem, paga para quem não tem.” Segundo o ele, “já passou da hora” de o problema de verba para a saúde ser solucionado.

Área social – Fernando Henrique, que havia abandonado o estilo de fazer discursos fortes em cerimônias no Palácio do Planalto, voltou a defender as ações dos diferentes ministérios na área social. “Não há mágica nessa área”, disse, acentuando que há muita demagogia sobre o setor social. Na sua opinião, porém, é muito mais difícil dar passos concretos para mudar a situação dos que mais precisam. E ironizou: “Quem é sociólogo, como eu, perdoa a demagogia.”

O discurso foi feito durante solenidade de entrega de certificado de habilitação ao Piso de Atenção Básica (PAB), do Ministério da Saúde, sob aplausos dos prefeitos e de parlamentares que lotaram um salão do Planalto, previamente preparado para receber as caravanas. Pelo PAB, os municípios recebem repasse direto de verba do governo federal para ser aplicada em planos de prevenção de doenças. O valor é calculado de acordo com o número de habitantes das cidades.

Mais adiante, o presidente passou a responder aos que o acusam de usar suas viagens pelo País para fazer campanha. “Dizem que ando por razões pessoais ou eleitorais, mas, na verdade, ando por um compromisso pessoal meu, para ver de perto a situação do Brasil.”

Mais pobres – O presidente lembrou que seu governo não hesitou em optar pelos mais pobres. “A prioridade é para o mais pobre, é para a zona que tem mais necessidade e que nunca consegue repercutir seus problemas”, afirmou. “O ato mais bombástico, que atende às elites, repercute imediatamente”, desabafou. “Mas nós não estamos buscando repercussão”, comentou, acrescentando que o governo está buscando algo mais importante do que isso, que é mudança efetiva de formas de gestão e de comportamento. As mudanças, afirmou, não vêm com palavras vazias, mas com mobilização.

Ao defender o novo projeto de financiamento da saúde, com a aprovação do Congresso, o presidente afirmou que não se pode deixar de fazer as coisas por ser um ano eleitoral. “Este é o melhor ano para que se discutir abertamente de que maneira vamos financiar de forma estável a saúde pública no Brasil.” Após falar das dificuldades para a obtenção de recursos, o presidente disse que o seu governo está fazendo “milagres” para conseguir dinheiro para suprir deficiências. “Não estou pedindo nada adicional”, justificou, ao apelar por uma regra definitiva para financiar a saúde. “Estou pedindo que o Congresso encare, junto conosco, um financiamento estável para a saúde, para que possamos planejar os próximos dez anos.”